
O “NORMAL” E O “ANORMAL” EM DISCURSOS DE EDUCADORES: AS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS NA AGENDA ESCOLAR

Clodoaldo Ferreira Fernandes da Silva ¹
Ariovaldo Lopes Pereira ²

Resumo: Relatamos aqui neste artigo, pesquisa de mestrado (FERNANDES, 2014) cujo objetivo central foi compreender mecanismos de exclusão do sujeito construído como “anormal” em oposição ao “normal”. Os dados foram coletados em escola pública de Anápolis-Goiás, a partir de grupo focal, observação de aulas e diários de campo. A fundamentação teórica baseia-se nos princípios da Análise de Discurso Crítica, sob as lentes teóricas de autores como Fairclough (2001; 2003) e Foucault (2001; 2010). Os resultados apontam, entre outras coisas, uma fissura, por parte de docentes, quanto à importância de se discutir temáticas relacionadas à diversidade sexual na escola.

Palavras-chave: Discurso. Dissidência sexual. Linguagem.

THE “NORMAL” AND THE “ABNORMAL” IN DISCOURSES OF EDUCATORS: THE SEXUAL DISSIDENCES IN THE SCHOOL AGENDA

Abstract: Here we present the results of an MA research (FERNANDES, 2014) whose main objective was to comprehend mechanisms of exclusion of the subject constructed as “abnormal” in opposition to the “normal” one. The data were collected in a public school in Anápolis-Goiás, through focal group, class observation and field journal. The theoretical framework was based on the principles of Critical Discourse Analysis (CDA) under the perspective of authors such as Fairclough (2001; 2003) and Foucault (2001; 2010). The results have shown, among other things, a crack among teachers as to the importance of discussing issues on sexual diversity in school.

Keywords: Discourse. Sexual dissidence. Language.

O importante está em desarranjar a mesmice, a monótona paisagem, para instigar diferentes formas de ver e ser visto. Inventar formas de problematizar a sólida e persistente monotonia de formas rotinizadas. (PIGNATELLI, 2011, p.144).

¹ Docente do curso de Letras da UEG_Morrinhos, professor da educação básica da Secretaria de Estado da Educação de Goiás_SEDUCEE-GO. Doutor em Letras e Linguística (Universidade Federal de Goiás) aldoff@uol.com.br

² Professor do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás (UEG Campus Anápolis). Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorando no Programa de Pós-Gaduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, na Universidade de São Paulo (USP) arylopes_br@yahoo.com

Introdução

Delineamos, a partir da epígrafe acima, o posicionamento político em desarranjar as normas, o centro, e colocar na agenda do debate, as margens. Com isso, entendemos a importância em desconstruir o que é dado como natural e enveredar pelas fissuras para subverter as hegemonias.

Por meio do discurso, constituem-se identidades e por meio delas e nelas, damos lugar para o que é aceito, tido como “normal”, e o negado, construído como o “anormal”. Em consequência disso, pessoas cujas sexualidades não estão pautadas na (hetero)centralidade, são excluídas de diferentes práticas sociais, sobretudo em contextos escolares, familiares, religiosos e outros.

A nossa proposta investigativa no curso de mestrado pautou-se em várias recusas daquilo que nos amarra como sujeitos que anseiam a emancipação humana. Quisemos, ao enveredar pelas rotas proibidas, alcançar algo a mais em nossos pensamentos acadêmicos, sem a busca da verdade absoluta, uma vez que mesmo entendendo que esta pertence a este mundo (COSTA, 2007), sabemos que toda verdade, mesmo a científica, pode ser questionada (LOURO, 2003).

Assim, a nossa intencionalidade, delineada aqui pelas lentes discursivas de Pignatelli (2011), propõe pensar na multiplicidade, questionar a sólida certeza dada, até então, pelo pensamento cartesiano, pelo qual somos fixos, estáveis e coerentes. Assumindo um lugar, no contexto acadêmico, que pesquisa nas fronteiras proibidas, nas transgressões (PENNYCOOK, 2006c), almejamos, com os resultados da pesquisa, desarranjar as mesmices, embora saibamos não ser esta uma tarefa fácil.

Deslocamo-nos em diferentes caminhos para assumir uma postura que pensa a linguagem como prática social, capaz de mediar interações importantes nos contextos sociais em que nossos aprendizes estão inseridos/as. Compreendemos, também, a linguagem como elemento capaz de (des)construir e (re)construir sujeitos sociais que são nascidos através de práticas sociais e discursivas na história, nas instituições e nas culturas.

O que relatamos aqui é resultado de pesquisa concluída em curso de mestrado (FERNANDES, 2014), cuja intenção se situa nos estudos da Linguística Aplicada (LA). A investigação teve como sustentação teórica alguns fios da Análise do Discurso Crítica (ADC) proposta por Fairclough (2001; 2003), além dos rastros discursivos foucaultianos em suas construções referentes ao sujeito “normal” e “anormal” (FOUCAULT, 2010), bem como os de seus comentadores, cujas tentativas de

desconstrução agitam os edifícios instituídos na linguagem, os quais podem modelar uma norma e excluir outras sexualidades circundantes de diferentes espaços sociais.

1 Caminhos teóricos entre a escola e as dissidências sexuais

Vivemos na contemporaneidade o questionamento das ideologias e valores em relação à vida tradicional. Essa tradição materializa “verdades naturalizadas” que exercem poder e fascínio (MOITA LOPES, 2003). As verdades, a nosso ver, são perigosas, pois colocam as pessoas num espaço que restringe e normatiza o exercício das diferentes manifestações das sexualidades. Assim, parece que ‘nascer homem’ ou ‘nascer mulher’ está carregado de significados previamente instituídos, os quais não são questionados. E um dos ambientes eficientes para o questionamento dessa binaridade simplista é a escola, uma vez que ela possibilita que saberes e discursos sejam veiculados por instâncias de poder – o professorado, o alunado e a instituição exercem esses poderes, embora essas relações possam ser legitimadas e/ou subvertidas.

Como bem pontua Pereira (2007), a instituição escolar é o lugar que veicula a tradição. Nesse ambiente, corpos são governados, disciplinados, classificados e fabricados, numa lógica que exerce a manutenção de uma sociedade dividida (LOURO, 2003). Deste modo, compreendemos que a escola é uma agência importante na percepção do que somos e do que podemos ser e os discursos, ainda que imperceptíveis, legitimam outros sentidos no mundo social (MOITA LOPES, 2008). Questionar essas maneiras de ser e de estar na sociedade é de fundamental importância para nós, educadores, porquanto possibilita que outras ‘vozes’ se manifestem e denunciem a violência perpetuada e instituída desde há muito em práticas sociais discriminatórias.

As dissidências sexuais em contextos escolares constituem um tema que clama com urgência por espaços de discussão em sala de aula. Pensar a vida social a partir de uma lógica binária de homem e mulher, heterossexual e homossexual, já não responde à complexidade das matizes que as identidades e as diversas formas de vivenciar os prazeres reivindicam. No contexto contemporâneo, sugerir esses debates é necessário, tendo em vista a desestabilização dos saberes outrora validados como verdades. Autorizar novas experimentações através da linguagem para a compreensão dos sujeitos sexualmente invisíveis é uma caminhada inicial promotora de reconhecimento e permeada pela prática educativa democrática.

Neste sentido, compreendemos o espaço escolar como uma instituição que veicula saberes, produz e marca identidades pelo discurso; corporifica e fabrica sujeitos de acordo com o que o muro externo ou a sociedade exige como normalização da vida social. Desta maneira, se não atentamos à eficiência da normalização cotidiana, continuada e naturalizada (LOURO, 2003), negamos direitos e legitimamos a exclusão social.

Portanto, ao trazer em discussão as dissidências sexuais, compreendemos a necessidade do diálogo frente às pessoas invisíveis socialmente em função de suas escolhas e suas condições na forma de sentir e expressar o prazer e o afeto. De tal modo, as sexualidades dissidentes passam a ser controladas nos discursos, na medida em que estas não estão de acordo com uma lógica privilegiada de normalização. Assim, normalizar é trazer os outros para a uma subalternidade, é

instituir a linguagem que lhes permitirá entenderem-se e formar sociedade. Aliás, o acto essencial da normalização é provocar o acordo acerca desse código, fazer com que se torne comum a todos, como o que isso subentende do ponto de vista das maneiras de pensar e dos valores. [...] A normalização é uma maneira de organizar esta solidariedade que faz de cada indivíduo o espelho e a medida do outro. (EWALD, 1993, p. 103-104).

Daí a importância de problematizações das propostas pedagógicas em prática na escola, as quais são capazes de instaurar, em situações formais (contexto de ensino) e informais (brincadeiras tidas como inofensivas) espaços de invisibilidade e violência. Para tanto, indagamos de que maneira estão sendo registradas essas identidades dissidentes em sala de aula, nas recreações e nos corredores desse estabelecimento secular.

Pensar em linguagem e sujeito não é possível se não houver a compreensão de que um não está sem o outro. Ela (a linguagem) é parte constitutiva das relações humanas e, como prática social e discursiva, exerce a mediação necessária para a sociabilidade humana; é também nela e a partir dela que se constroem significados, moldam-se realidades e determinam-se no discurso as estruturas sociais (FAIRCLOUGH, 1989). A partir da linguagem interagimos, materializamos modos de ação (FAIRCLOUGH, 2001) que constroem efeitos de sentido no espaço social em que os sujeitos circulam. Dito de outra forma, ao pensarmos em linguagem e prática social, o discurso está interseccionado nessa compreensão, porquanto se constitui fenômeno

social pelo qual as pessoas agem e representam o mundo, operando sobre os outros (FAIRCLOUGH, 2001) de forma cotidiana, ritualizada e institucionalizada.

Ao construirmos significados no mundo social, estes emanam de um construto cultural localizado em dado tempo e espaço, cujas impressões são (re)ditas em diferentes saberes e lugares como, por exemplo: o discurso religioso que fabrica um sujeito sodomita e pecador; o discurso da psicanálise, psicologia e psiquiatria, entendida aqui como ciências médicas psi (BENTO, 2008) que medicalizaram e ainda medicalizam a identidade do homossexual “desviante” (FOUCAULT, 2001). Queremos dizer com isso que, a partir dos discursos, moldamos o mundo e as pessoas que nele habitam, conquanto os discursos constroem sentidos, plasmam identidades e nos fazem reconhecidos ou não nos lugares nos quais circulamos (FERNANDES, 2014).

Assim, podemos dizer que os sujeitos discursivos constroem significados na medida em que interagem com outros discursos de distintas instituições, tais como a família, a igreja, a escola etc. E esses mesmos indivíduos não produzem sentidos nas afirmações de maneira deslocada na história; ao contrário, essas afirmações são proclamadas obedecendo à ordem de um contexto social (MOITA LOPES, 2006; MILLS, 1997). Por isso, os discursos podem ser compreendidos como parte vital de um ser, cujo poder fabrica identidades e molda corpos, afinal, por meio da linguagem a realidade é construída e produzida (COSTA, 2007).

2 Metodologia

A investigação de que trata este artigo foi conduzida por meio de uma pesquisa qualitativa/interpretativista de cunho etnográfico. Quanto à metodologia, a pesquisa teve como técnica o grupo focal (GF). De acordo com Ressel et al. (2008, p. 780), grupos focais “são grupos de discussão que dialogam sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate”. As etapas de pesquisa foram duas: a primeira, de caráter bibliográfico, cujo intuito foi levantar trabalhos relacionados com a temática da sexualidade, educação e discurso; a segunda, que teve como foco o trabalho de campo desenvolvido em um período de pouco mais de um mês. Foram utilizados instrumentos qualitativos de pesquisa e empregadas as seguintes ferramentas para a coleta de dados: diário de campo (anotações feitas pelo pesquisador); problematizações

gravadas em áudio elicitadas nas seis reuniões do GF; e observação de nove aulas após os encontros do GF.

O trabalho de campo incluiu um grupo de professores de uma escola pública localizada na região central da cidade de Anápolis-GO, que lecionam na educação básica. O objetivo central que moveu este estudo foi investigar como esses educadores da educação básica se posicionam discursivamente a respeito da diversidade sexual no ambiente escolar.

2.1 Os desenhos das subjetividades dos/as participantes do GF

As subjetividades desses/as docentes se materializaram a partir de questionário proposto inicialmente pelo pesquisador. Os nomes são fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos. São os/as professores/as: (1) Marco Antônio, docente formado em Matemática, lecionava na escola, à época, nos primeiros e terceiros anos. De acordo com o educador, era solteiro, lecionava na escola há um ano, tinha 32 de anos idade, umbandista praticante, de cor/raça definida como branca; (2) Andrea, bacharela em Direito e licenciada em Letras, com habilitação em língua Inglesa e língua Portuguesa, lecionava na escola há seis meses e tinha 47 anos. É cristã evangélica, praticante, divorciada e a sua cor/raça, definida como negra. À época, lecionava para as turmas dos segundos anos; (3) Ulisses é formado em Educação Física e lecionava no sétimo ano do ensino fundamental, segundos e terceiros anos do ensino médio. Segundo seu relato, lecionava na escola há um ano e meio. Com idade de 25 anos, é católico não praticante. Sua cor/raça é definida como negra; por fim, (4) Maria Clara, graduada em Letras com habilitação em língua Portuguesa e língua Espanhola. De acordo com a educadora, lecionava na escola há três anos e tinha 42 anos. É evangélica praticante, casada e a sua cor/raça, definida como parda.

2.2 Interpretação dos dados escolares: alguns discursos identificados e a relação com o contexto social

Nesta seção, apresentamos alguns discursos identificados e fragmentos discursivos dos/as participantes da pesquisa, selecionados para a análise. Estes advieram após apresentação de vídeos e textos diversos referentes às sexualidades. Os discursos arrolados abaixo não significam a totalidade da pesquisa, mas representam um recorte

no universo de discursos identificados. Assim, haverá ausência de outros, em função do espaço.

Por tratar-se de pesquisa qualitativa e interpretativista, o olhar do pesquisador não possui o alcance final. Salientamos que outras pessoas talvez se atentem para novas possibilidades de identificação, uma vez que os discursos partem de subjetividades localizadas em dado contexto social e histórico. A título de elucidação, após o nome de cada participante nos discursos apresentados, adotamos a sigla GF seguida do número da reunião, como, por exemplo: GF1 para grupo focal, reunião 1, e assim, sucessivamente.

Assim, tem-se o seguinte: (1) Discurso do despreparo de adolescentes: reforça a ideia que discentes do ensino fundamental não estão preparados para discutir temas relacionados à sexualidade, por considerar que não têm formação suficiente; (2) Discurso do “normal” X “anormal”: apresenta, a partir de uma norma preestabelecida com base em crenças, ideologias e ‘verdades’ relativas que são ‘absolutizadas’ por um dado grupo social, o que pode ser aceito e tido como padrão. Geralmente, esse discurso é marcado por expressões que políem supostas crenças na anormalidade; (3) Discurso psicologizante: às vezes, categoriza a sexualidade do outro como ‘desviante’ e a torna passível de tratamento médico. Percebem-se nele ecos discursivos do século XIX (ciências médicas psi) que ‘medicalizam’ e ‘psiquiatrizam’ as sexualidades fora do esquadro; (4) Discurso da opinião de professores como valor de verdade: fundamenta-se no posicionamento do docente como verdade inquestionável. O lugar social deste profissional hierarquiza a relação com o discente, e tudo que fala torna-se modelo, portanto, indiscutível, porque tem palavra de peso em sala de aula; (5) Discurso religioso e/ou bíblico: tem como base o texto bíblico, geralmente numa visão fundamentalista, para explicar fatos relacionados à sexualidade, à família, posicionando-se a partir de uma visão (hetero)normativa.

Percebemos, ao longo dos encontros do GF, certa resistência em se discutir na sala de aula temas referentes às sexualidades. Como se observa abaixo, a resistência está mais acentuada em relação às séries do ensino fundamental (EF) e, na maioria das vezes, imputa à adolescentes a condição essencialista de que todos/as são preconceituosos. Os vídeos citados nas falas foram propostos como material de estímulo às discussões do GF e problematizavam a aceitação de manifestações explícitas de afetividades homoafetivas em ambiente escolar.

O ensino médio tem alunos mais adultos. Eu abordaria sem problema nenhum, ainda mais um material desses. (Maria Clara, GF1)

Eu creio que aquele vídeo provoca uma discussão dentro de sala de aula, e essa discussão, ela é sadia, ela precisa ser feita, mesmo porque os nossos alunos do ensino médio são curiosos. (Maria Clara, GF3)

Eu acho que ele ainda tem que ser preparado, ele tem que ser moldado para esse tipo de informação. [...] Eu acho que tem que ir aos poucos porque eles são muito imaturos, eles são preconceituosos. Talvez eles não têm preparo para receber esse tipo de informação e também para discutir. (Andrea, GF3)

Como eu já falei nas outras vezes, eu acho que sim, dependendo também da faixa de idade, trabalharia com os dois vídeos. Poderia trabalhar com o ensino médio. Por quê? Porque tem maturidade, é também sempre dentro da sala de aula, sempre tem aluno também que é homossexual. (Andrea, GF6)

Em seguida, trazemos o discurso religioso e o discurso de tradição e/ou resistência, que sugerem pontos de convergências quando foi problematizada a troca de afetividade no ambiente escolar. A discussão foi suscitada a partir de um vídeo denominado de “kit anti-homofobia”, mas com a proposta original do MEC, projeto Escola Sem Homofobia (BRASIL, 2011).

Uma vez um aluno chegou para mim e perguntou (referindo-se à pergunta de um aluno): professora é verdade que na bíblia tá escrito que os homossexuais vão todos para o inferno? Eu dei a minha posição, a posição bíblica e falei para ele onde está escrito e falei que ele pode ler. (Maria Clara, GF1)

[...] Houve uma polêmica porque adentrei na questão bíblica, e, quer dizer, eu tive uma saída, que foi dizer o seguinte: porque na bíblia fala que Deus, que Jesus ama o pecador, mas não ama o pecado e saí por aí e eu sempre falo, falo assim, falei para eles.

(...)

Eu acho que o ambiente escolar não é muito adequado, qualquer tipo de intimidade, acho que neste local a gente vem para estudar, para adquirir conhecimento e para ter amizade, eu acho que a questão de você manifestar carinho com a outra pessoa, eu acho uma coisa muito particular, muito íntima.

(...)

Dentro da escola acho que não é lugar para manifestar, não só com homossexuais, mas com pessoas. (Andrea, GF1)

Se fosse ocorrer abraço sim, beijo não, beijo é muito íntimo. Esse ambiente é escola, ninguém é obrigado aceitar. Não importa, é um ambiente escolar. (Marco Antônio, GF1)

Sou totalmente contra padrões e dogmas, eu acho que no colégio tem que manter certa formalidade para que isso não venha interferir na vida do outro, porque causa estranheza junto com outro. Eu não gostaria de ver nenhum casal lésbico, nenhum homem, nem nada que partisse para a intimidade. (Ulisses, GF1)

Os discursos manifestados acima confirmam que as sexualidades e a crença religiosa de docentes podem se digladiar, tornando-se temas de difícil tratamento em sala de aula. Assim, entendemos que os significados construídos interagem com diferentes instituições, culturas e histórias (MOITA LOPES, 2006). Ainda que haja boa vontade por parte dos profissionais da educação, há também resistência.

Os efeitos de sentido deixados nos enunciados que seguem, sinalizam que as sexualidades são fabricadas dentro da lógica do esquadro e da correção, que permite governar os corpos para uma suposta normalidade (CANGUILHEM, 2012; FOUCAULT, 2001).

Acho que já tem que ter uma noção do que venha a ser isso, eu acho que é assunto **normal**.
[...]

Colocar uma coisa que eles nem estão acostumados a ver lá fora, o beijo hetero é uma coisa que todo mundo está cansado de ver, **é normal**, está nas novelas. O beijo homossexual já é uma coisa nova, para a gente, está sendo uma coisa nova. Então colocar isso agora, eu acho assim, meio complicado [...]. (Andrea, GF3, grifo nosso).

Num futuro bem próximo não precisaríamos mais de um kit para trazer essa discussão para a sala de aula, **seria algo normal**. (Maria Clara, GF3, grifo nosso)

Nem mesmo para as pessoas que dizem, entre aspas, **normais**, que são homem com homem, mulher com mulher, eu acho que o ambiente escolar não é o lugar para isso. (Andrea, GF2, grifo nosso).

Nós não estamos nem acostumados a ver isso na rua, agora você pegar e trazer isso para dentro da sala de aula, eu acho assim, muito estranho, eu acho que dá a impressão que **quer talvez impor para eles que isso é normal**. (Andrea, GF3, grifo nosso).

Os discursos acima nos remetem ao que Foucault (2010) discute acerca da questão do “anormal” ser posto em um sistema de correção, de normas discursivas que possibilitam o seu espaço interdito no mundo social. O pensador francês vai nos asseverar que o modelo de exclusão que se estabelece para o leproso, já não existe mais, isto é, o sujeito expulso para uma purificação da comunidade. Seguindo as provocações foucaultianas, há outros discursos que são reativados que geram a inclusão do novo pestífero no século XVIII situando o sujeito como outra figura da anormalidade.

Podemos dizer que em determinada época elegemos os seres execráveis para o objeto de controle e governo na sociedade. Dessa forma, entendemos que os discursos

policiam e classificam essas categorias, reativando em dado tempo e espaço, outras anomalias, fabricando novas figuras anômalas, como por exemplo : monstro humano, o incorrigível e o onanista (FOUCAULT, 2010).

Logo abaixo, podemos identificar rastros discursivos do século XIX que tangenciam um poder de verdade sobre a vida do outro. Esse tipo de discurso, diz-nos Foucault (2001), serviu para construir teorias e decidir sobre a vida daqueles que poderiam ser considerados patologizados por algo relacionado à sexualidade e incorreção. O discurso psicologizante está muito próximo ao “valor de verdade” (MOITA LOPES, 2006) que a instituição escolar legitima. Ao atentar para os dizeres entrecruzados dos docentes, percebemos nas materializações linguístico-discursivas, a crença de que a identidade homoerótica necessita de tratamento, especialmente por psicólogos.

Agora, se o aluno falar que sente tal sentimento e não queria, aí **eu mandaria tratar com um psicólogo** para ele poder descobrir quem é ele mesmo. (Marco Antônio, GF4, grifo nosso).

Eu me colocaria à disposição para ajudá-lo naquilo que fosse preciso, até conversar com a família e talvez buscar alguma solução no sentido de procurar um psicólogo para que ele pudesse... Eu falaria para ele estudar ou procurar ajuda psicológica, de preferência passar longe de igreja, mais longe possível. **Eu falaria para ele procurar uma ajuda de um profissional mesmo, de sexualidade, do psicólogo.** (Ulisses, GF4, grifo nosso).

Disposição até para conversar com a família para encaminhar esse aluno para o psicólogo porque ele precisa se encontrar, ou num gênero ou no outro, mas ele precisa aí se situar.

[...]

A única coisa que eu poderia orientar esse aluno a procurar um local específico que é um psicólogo, igual eu falei, temos que estar aberto para discutir tudo. (Andrea, GF4, grifo nosso).

Confirmam-se, nessas vozes, que a sexualidade é um dispositivo histórico (FOUCAULT, 2001; 2010), uma construção social, uma invenção histórica (WEEKS, 2000) reverberada desde o século XIX por instituições de poder de verdade. Ao situarmos historicamente estas ciências biopsi, compreendemos que seus saberes produzem lugares privilegiados a determinados comportamentos, fabricando corpos controlados e administrados (LOURO, 2004) para o bem comum social.

Para encerrar, entrecruzamos, abaixo, os discursos de alguns discentes, em aula observada por nós e ministrada pela professora Andrea. Alguns estudantes sinalizaram

as mesmas opiniões desta docente no GF6, expressando o juízo de valor de que os homossexuais destituem a família tradicional porque não são o modelo.

Entendo que a família é composta por homem e mulher que vão gerar filhos e a família que é composta por dois homens ou duas mulheres eu acho uma coisa muito diferente.

[...]

É muito complicado, como é que, de repente a pessoa vai criar esse filho? Qual a educação que vai dar, como é que vai trabalhar a questão da homossexualidade desse filho, se for menino? Eu paro por aí porque eu não tenho mais resposta certa, estou meio confusa, assim, você (Maria Clara), já entendeu que a questão assim que, o homossexualismo destitui a família porque são dois, duas pessoas do mesmo sexo. (Andrea, GF6)

Discentes:

É um desvio porque Deus criou o homem e a mulher.

[...]

Todo mundo tem uma religião aqui, isso é abominação, não tá escrito isso.

[...]

Ninguém nasce assim, é uma pouca vergonha, Deus fez o homem e a mulher. Eu sou evangélica e não aceito isso não.

[...]

Gênesis diz que Deus criou o homem e a mulher e não o viadinho, é uma pouca vergonha.

[...]

Foi deixado por Deus o homem e a mulher.

(Alunos e alunas em aula da professora Andrea, observada em 05 nov. 2012)

Para os discentes supracitados, as sexualidades dissidentes estão fora da norma bíblica e, por isso, são consideradas desvio, abominação (termo da igreja do século XVII). A partir desses discursos de senso comum (FAIRCLOUGH, 1989; 2001), entendemos que qualquer manifestação de afeto que não seja legitimado pela heteronormatividade, é sexualmente desviante e merece punição e controle (FOUCAULT, 2001).

Considerações finais

Pausamos aqui, a nossa caminhada investigativa, enlaçando as teias desfiadas por entre os discursos presentes no material em análise. Ao analisarmos e entendermos os discursos de docentes como práticas sociais, apreendemos que ambos são dispositivos históricos situados em um dado tempo e espaço. Pensar a linguagem como um instrumento carregado de sentidos sobre quem somos e o que o outro é no mundo discursivo, fez com que refletíssemos sobre a nossa própria prática docente.

Nessa perspectiva discursiva, eu, autor da referida pesquisa, a partir de distintos lugares identitários – homem gay, professor da rede básica e pesquisador – pude pensar por meio dos caminhos (in)conclusivos da análise, o quanto os subtextos, quando não questionados, são tidos como inofensivos e tornam-se naturalizados. Quando se pensa

em diversidades, concluímos que nos gestos e nas brincadeiras cujas práticas reverberam a discriminação e/ou lugares subalternos, negam-se direitos; o acesso e a permanência são amputados.

A ADC, referencial teórico para esta investigação, deu-nos subsídios importantes para reconhecer que os discursos plasmam identidades, corpos, vidas na existência. Desta forma, nossas práticas sociais estão eivadas de dizeres já proferidos em outros momentos, ou seja, os discursos não são novos, novas são as pessoas cujas identidades digladiam e se contradizem. Podemos, assim, inferir que somos traídos pelos nossos dizeres, pois estes controlam, segregam, agenciam lugares para uns em detrimento de outros e são modos de ação pelo qual damos significados e construímos realidades (FAIRCLOUGH, 2001).

Os resultados apontam brechas para que as nossas escolas futuramente sejam um lugar prazeroso onde identidades não sejam mais toleradas, classificadas e disciplinadas, mas respeitadas em suas diversidades e dissidências. Ainda que em muitos momentos os discursos tenham sinalizado ecos dos séculos passados, tais como o discurso religioso (sodomita, pecador), médico, psiquiatrizante e psicologizante (desviante, fora do esquadro), os mesmos participantes demonstraram que estão receptivos aos debates no que tange às sexualidades.

Assim, ao final de mais uma etapa, compreendemos que é preciso que as nossas pesquisas tenham ares poéticos, com escritas de evento, e que as nossas leituras acadêmicas tragam inquietações que nos façam caminhar sem as certezas seguras. É relevante que as nossas investigações referentes aos contextos escolares sejam levadas não somente ao mundo acadêmico, mas trazidas de volta para as instituições cujos portões foram abertos.

(Re)escrever nas páginas do nosso cotidiano atitudes políticas que desestabilizem as hegemonias e trazer das bordas as sexualidades dissidentes, é questionar todas as opressões perpetuadas pelo centro. Reivindicar o direito de existência nos contextos escolares das identidades fora do esquadro é também permitir a construção de uma democracia sexual. Deste modo, entendemos, neste momento de interrupção, que educadores anseiam aprender mais sobre o fascinante mundo das sexualidades, ainda que, para muitos, este seja ainda um terreno inseguro, e, portanto, podemos direcionar e provocar essas discussões, não somente para por em dúvida os

saberes até então aprendidos, mas provocá-los com inquietações produtivas que transformem o mundo social e os façam reflexivos.

Portanto, não queremos o ponto que finaliza, mas as reticências que metaforizam o caminhar constante daquilo que está sempre inacabado. Tomamos como sentido de liberdade, a desconstrução da quietude no fazer acadêmico, reivindicando nos debates científicos a união entre emoção e razão, tão afastados no sujeito monolítico cartesiano. Para isso, o nosso desejo materializa-se nas palavras da professora Maria Clara:

Eu confesso que esses encontros têm me feito refletir muito e eu tenho me emocionado muito. Tenho me emocionado muito em relação a esses encontros, porque são questões que a gente leva pra casa, dorme com elas, assim, antes de dormir a gente pensa a respeito disso. (Maria Clara, GF3)

Referências

BENTO, B. **O que é transexualidade**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos; 328).

BRASIL, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Escola Sem Homofobia**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>>2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero - Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 7 ed. Tradução Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

COSTA, M.V. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, M. V.(Org.) *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.91-115.

EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Veja, 1993.

FAIRCLOUGH, Norman. Norman. *Language and power*. New York: Longman, 1989.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Analysing discourse. Textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FERNANDES, C. F. *Diversidade sexual na escola: o “normal” e o “anormal” em discursos de professores*. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias). Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2014.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão técnica J.A.Guilhon Albuquerque. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. *Os Anormais: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LOURO, G. L. *Corpo, gênero, sexualidade e educação: um debate contemporâneo na educação*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MILLS, S. *Discourse*. London and New York: Routledge, 1997.

MOITA LOPES, L. P. *Discursos de Identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

_____. *Identidades fragmentadas. A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado das letras, 2006.

_____. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, A.F. CANDAU, V.M. (Orgs.) *Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.p.125-148.

PENNYCOOK, A. Uma Linguística Aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L.P.(Org.) *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006c. p.67-84.

PEREIRA, A. L. *Representações de gênero em livros didáticos de língua estrangeira: reflexos em discursos de sala de aula e relação com discursos gendrados que circulam na sociedade*. 280f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

PIGNATELLI, F. Que posso fazer? Foucault e a questão da liberdade e da agência docente In: SILVA, T. T. (Org.). *O Sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 127-154.

RESSEL,L. B. ; BECK, C. L. C.; GUALDA, D. M. R. ; HOFFMANN, I. C. ; SILVA, da. R. M. SEHNEM, G. D. . *O uso do grupo focal em pesquisas qualitativas*. Florianópolis: 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/21.pdf>> Acesso em: 03 jun.2012.

WEEKS, J. O corpo e sexualidade. In: LOURO, G.L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-82.